



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

9ª Legislatura, 2ª Sessão Legislativa

18 de novembro de 2020

Ata da Ducentésima Décima Sexta Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia dezoito do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, em Sessão Ordinária, presidida pelo Senhor Deputado Eduardo do Dertins, secretariado pelas Senhoras Deputadas Valderez Castelo Branco, Primeira-Secretária e Claudia Lelis, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Amélio Cayres Eduardo Siqueira Campos, Elenil da Penha, Gleydson Nato, Issam Saado, Ivory de Lira, Jair Farias, Jorge Frederico, Léo Barbosa, Nilton Franco, Olyntho Neto, Professor Júnior Geo, Valdemar Júnior, Vilmar de Oliveira, Zé Roberto Lula e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Claudia Lelis, Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Vanda Monteiro. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Antonio Andrade e Cleiton Cardoso. Estavam ausentes os Senhores Deputados Fabion Gomes



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

e Ricardo Andrade. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de dois minutos, reabrindo-a às quinze horas e quarenta minutos. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente transferiu a deliberação das Atas das Sessões anteriores para a Sessão subsequente. Logo após, foram lidos e despachados os Expedientes: Ofício oriundo da Polícia Militar do Estado do Tocantins, em agradecimento à Moção de Aplauso de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, em homenagem à Policial Militar Capitã Flávia Roberta Pereira de Oliveira; Ofício oriundo da Secretaria da Saúde, comunicando celebração de termo de colaboração a convênio com a Casa de Caridade Dom Orione; Ofício oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em resposta a Requerimento de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; Ofício oriundo da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, comunicando a celebração de acordo de cooperação técnica com a Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT; Ofício oriundo da Secretaria da Administração, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; Ofícios oriundos da Agência Tocantinense de Saneamento – ATS, em resposta a Requerimentos de autoria dos Senhores Deputados Antonio Andrade, Professor Júnior Geo e Léo Barbosa; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, comunicando celebração



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

de acordos de cooperação e liberação de recursos a convênios com diversos Municípios; Ofício oriundo da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura, informando sobre celebração de termos de colaboração a convênio com a Colônia de Pescadores Z-15; e Ofício oriundo do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, em agradecimento à Moção de Aplauso de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, em homenagem à Senhora Desembargadora Maysa Vendramini Rosal. Em seguida, o Senhor Presidente determinou a inclusão do Projeto de Lei número 411, de 27 de novembro de 2019, que “altera a Lei número 3.208, de 9 de junho de 2017, que cria o Fundo de Alocação de Recursos das Emendas Parlamentares, e adota outras providências”, na Ordem do Dia da presente Sessão, conforme art. 76 combinado com o art. 71 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Na Apresentação de Matérias, foram entregues os Projetos de Lei que receberam os números 284 e 285/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e os Requerimentos que receberam os números 1.627 e 1.628. Logo após, foram aprovadas as urgências dos Projetos de Lei que receberam os números 284 e 285/2020, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e dos Requerimentos que receberam os números 1.532, 1.533, 1.534, 1.535, 1.481, 1.482, 1.483, 1.484, 1.485, 1.486, 1.487, 1.488, 1.600, 1.601, 1.602, de autoria do Senhor Deputado Professor Júnior Geo; 1.544, 1.545 e



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

1.522, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa; 1.549, de autoria do Senhor Deputado Valdemar Júnior; 1.501, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; 1.515, 1.514, de autoria do Senhor Deputado Ivory de Lira; 1.512 e 1.513, de autoria da Senhora Deputada Claudia Lelis; 1.624, de autoria da Senhora Deputada Vanda Monteiro; e 1.530, de autoria do Senhor Deputado Antonio Andrade. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em primeira fase de discussão e votação, os Projetos de Decretos Legislativo números 82/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 179, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Aliança do Tocantins; 83/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 181, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Augustinópolis; 84/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 231, de 26 de maio de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Couto Magalhães; 85/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 189, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Palmeirópolis; 86/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 191, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de São Miguel do Tocantins; 87/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 208, de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de São Sebastião do Tocantins; 88/2020, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que “prorroga o prazo do Decreto número 193 , de 29 de abril de 2020, que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar número 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do Estado de Calamidade Pública no Município de Sítio Novo do Tocantins; os quais, votados, foram



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foi anunciado, em primeira fase de discussão, o Projeto de Lei número 411/2019, de autoria do Senhor Deputado Nilton Franco, que “altera a Lei número 3.208, de 9 de junho de 2017, que cria o Fundo de Alocação de Recursos das Emendas Parlamentares, e adota outras providências”, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 661, 662, 663, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 1.340, 1.341, 1.342, 1.343, 1.344, 1.345, 1.346, 922, 923, 1356, 1.238, 1.239, 1.347, 1.348, 1.349, 1.350, 1.351, 1.439, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 920, 921, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 1452, 657, 658, 659, 660, 677, 930, 1.176, 1.177, 1.179, 1.180, 1.182, 1.183, 1.187, 1.184, 1.185, 1.186, 1.227, 1.229, 1.231, 1.232, 1.233, 1.332, 1.333, 1.334, 1.335, 1.336, 1.337, 1.338, 1.339, 1.389, 1.489, 1.506, 1.507, 1.536, 1.537, 1.540, 1.399, 1.164, 1.165, 643, 644, 646, 647, 648, 649, 650, 651 e 896, os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 1662/2020, de autoria da



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Senhora Deputada Claudia Lelis, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Decretos Legislativos números 82, 83, 84, 85, 86, 87 e 88/2020 e o Processo número 497/2019; o qual foi aprovado. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezesseis horas e onze minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário